

MOÇAMBIQUE VIVE UMA DEMOCRACIA DE FAZ DE CONTA

“Muchanga denuncia Genocídio Mercantil e Estado Capturado”



“Agora é momento de investigar a cúpula de ladrões que roubam aos ladrões. Dão carteira profissional e armas às forças de segurança para produzirem o seu próprio salário”, acusa Muchanga, alegando a existência de grupos infiltrados no Estado que usam instituições públicas para actividades ilícitas.

9 & 10

OPERAÇÕES DE FACHADA

PGR expõe impunidade dos Líderes do Narcotráfico em Moçambique

11

Chapo quer desmantelado grupo militar envolvido em esquema de subsídio

12



SUÍÇA cessa emissão de vistos em Moçambique e redireciona candidaturas para outros países



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE

A Embaixada da Suíça em Maputo anunciou que, a partir de 15 de Dezembro, deixará de processar pedidos de vistos, autorizações de residência, trabalho e estudo para cidadãos que residem em Moçambique, Eswatini e Madagáscar. A decisão surge após a retirada gradual da cooperação suíça com Moçambique, que vem sendo

implementada desde meados deste ano.

Num comunicado a que o Jornal Visão Moçambique teve acesso, as autoridades suíças informam que todos os pedidos de visto, doravante, ser submetidos a representações diplomáticas de países terceiros, escolhidos para assumir estas funções consulares.

Segundo a nota, os candidatos deverão deslocar-se pessoalmente aos países designados para

a realização de entrevistas, recolha de dados biométricos e verificação de passaportes.

Novos pontos de candidatura por país de residência Moçambique → Embaixada da França em Maputo, Madagáscar → Embaixada da Suíça em Antananarivo, Eswatini → Embaixada da Suécia em Nairobi (via VFS Global na África do Sul)

A embaixada explica ainda que cidadãos domiciliados em Moçambique, Eswatini ou Madagáscar

que pretendam candidatar-se devem também contactar as representações da Suécia em Lusaka (Zâmbia) e Pretória (África do Sul), que passam igualmente a assumir parte do processamento de vistos.

Com esta reestruturação, a Suíça retira de forma definitiva os serviços consulares de migração oferecidos em Maputo, obrigando a deslocar-se internacionalmente aqueles que desejam obter vistos ou autorizações relacionadas.

Casa de Moçambique em Portugal concede Bolsas de Estudo a Quadros da Nova Democracia



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE

O Presidente da instituição, Enoque João, confirma parceria durante a Primeira Conferência Nacional de Quadros da ND, em Maputo. A formação de quadros moçambicanos ganha um novo impulso a partir de 2026, graças a um programa de bolsas de estudo que será concedido pela Casa de Moçambique em Portugal aos membros do partido Nova Democracia (ND). A informação foi oficialmente anunciada pelo presidente da instituição, Enoque João, durante a Primeira Conferência Nacional de Quadros da ND, realizada este fim de semana na cidade de Maputo

Segundo Enoque João, a iniciativa surge no âmbito do reforço da cooperação académica e do compromisso da Casa de Moçambique em apoiar jovens e profissionais que buscam formação avançada no exterior. O dirigente destacou que o programa visa contribuir para o desenvolvimento de capacidades técnicas, científicas e de liderança, sobretudo entre quadros emergentes ligados ao projecto político da Nova Democracia.

“Queremos apoiar a formação de novos líderes, académicos e técnicos que possam desempenhar um papel activo no desenvolvimento de Moçambique. Esta parceria com a Nova Democracia é um passo importante na promoção do conhecimento e na criação de oportunidades educativas para todos os que

preenchem os requisitos”, afirmou.

A Primeira Conferência Nacional de Quadros da ND, que reuniu delegações de várias províncias, foi marcada por debates sobre governação, ética pública e o papel da juventude na política nacional. Durante o encontro, a direcção do partido manifestou satisfação pela disponibilidade da Casa de Moçambique em Portugal, considerando a decisão uma “abertura estratégica” para a qualificação interna do partido.

O programa de bolsas, cuja implementação está prevista para o início do ano académico 2026, abrangerá diferentes áreas de formação, incluindo ciências sociais, gestão pública, economia, engenharia, e outras disciplinas consideradas prioritárias para o país. A Casa de Moçambique

garantiu que os critérios de elegibilidade e os mecanismos de candidatura serão devidamente anunciados nos próximos meses.

Para a Nova Democracia, trata-se de um marco importante no seu processo de expansão e consolidação institucional. A direcção do partido sublinhou que a formação de quadros é fundamental para garantir uma actuação política mais qualificada, transparente e alinhada com os desafios contemporâneos do país.

Com este anúncio, reforça-se o movimento de cooperação entre organizações da diáspora moçambicana e instituições nacionais, num momento em que o debate sobre educação, meritocracia e renovação política ganha maior relevância no cenário nacional.

ANUNCIE AQUI

Chapo busca solução negociada para dívida fiscal de 151,5 milhões com a GALP



por: VISÃO MOÇAMBIQUE



Presidente da República de Moçambique, Daniel Chapo, manifestou confiança numa solução “baseada no diálogo” para o diferendo fiscal entre a Autoridade Tributária de Moçambique (AT) e a multinacional portuguesa Galp, envolvendo um montante de 151,5 milhões de euros. A posição foi transmitida à agência Lusa, este domingo, no Porto, à margem da cimeira bilateral entre Moçambique e Portugal.

Segundo Chapo, as relações históricas e estratégicas entre os dois países impõem que eventuais divergências sejam tratadas “de forma madura, institucional e pacífica”, apelando a um entendimento que permita manter o ambiente de cooperação e o avanço dos projectos económicos bilaterais.

“Moçambique e Portugal têm

uma relação de amizade. Quando surge algum problema, resolvemos conversando. Este caso não deve ser diferente”, afirmou o chefe de Estado moçambicano.

O início do conflito fiscal a disputa entre a Galp e a AT surgiu após a petrolífera portuguesa ter vendido, em março deste ano, 10% da sua participação no Projeto de Gás da Bacia do Rovuma à empresa estatal dos Emirados Árabes Unidos, ADNOC, numa transação avaliada em cerca de 950 milhões de dólares.

A Autoridade Tributária considera que a operação está sujeita ao pagamento de imposto sobre mais-valias e afirma que o valor poderá aumentar, tendo já iniciado um processo de execução fiscal.

Galp rejeita cobrança e avança para arbitragem internacional

A Galp contesta a legalidade da cobrança, alegando que o quadro jurídico moçambicano não fundamenta a exigência feita pelo Estado. Apesar disso, a petrolífera diz estar aberta a uma solução negociada, argumentando que pretende continuar a investir em Moçambique e preservar a cooperação entre as partes.

Paralelamente, a empresa avançou com um processo em tribunal arbitral internacional, procurando uma decisão independente que clarifique o enquadramento legal da operação.

Chapo aposta na diplomacia económica onde sublinhou que Moçambique está empenhado em garantir um ambiente de investimento “seguro, transparente e previsível”, destacando que o país valoriza todos os projetos estratégicos relacionados à energia, especialmente na Bacia do Rovuma, considerada um dos maiores potenciais gasíferos do continente africano.

“O nosso foco é criar estabilidade e proteger os interesses do Estado, mas também garantir que os investidores se sintam respeitados”, afirmou.



CHUVAS derrubam postes e deixam três distritos de Tete sem energia



por: VISÃO MOÇAMBIQUE



EDM enfrenta dificuldades para restabelecer o fornecimento devido ao mau tempo persistente. A Electricidade de Moçambique (EDM) informou que as intensas e irregulares chuvas que assolam o norte da província de Tete provocaram a queda de vários postes de Média Tensão, interrompendo o fornecimento de energia eléctrica em três distritos: Macanga, Angónia e Tsangano.

Segundo a empresa, os danos ocorreram na linha que estabelece a ligação entre o Posto Administrativo de Chidzolomondo e o distrito de Tsangano, uma infraestrutura vital para o abastecimento energético da região. A tempestade que se faz sentir há vários dias acabou por comprometer a estabilidade da rede, deixando milhares de consumidores sem energia.

A EDM explica que as equipas técnicas foram mobilizadas de imediato e encontram-se no terreno a realizar inspeções e intervenções de emergência para repor o sistema. No entanto, a empresa sublinha que o mau tempo continua a ser o principal entrave, dificultando o acesso a algumas zonas e atrasando a reposição da corrente eléctrica.

“A irregularidade das chuvas constitui um

obstáculo significativo aos trabalhos de reabilitação da rede. Apesar disso, as equipas continuam a trabalhar para repor o fornecimento com a maior brevidade possível”, refere a nota da EDM.

A empresa reitera que está a envidar todos os esforços para minimizar o impacto da ocorrência e apela à compreensão dos consumidores até que a situação seja definitivamente normalizada.

ANAMOLA entrega contribuições ao diálogo nacional



por: VISÃO MOÇAMBIQUE

O Partido Anamola submeteu esta terça-feira as suas contribuições à Comissão Técnica de Materialização do Diálogo Nacional Inclusivo, reforçando a participação activa das forças políticas e da sociedade no processo de auscultação em curso.

Durante o acto, o Presidente da Comissão Técnica, Edson Macuacua, destacou que a iniciativa do Anamola confirma que o diálogo pertence a todos os moçambicanos e decorre de forma genuinamente inclusiva. “Ninguém está excluído do processo. A entrega das contribuições pelo Anamola demonstra, mais uma vez, que este é um espaço aberto, participativo e plural”, afirmou.

Macuacua garantiu que todas as propostas submetidas serão analisadas com rigor e integradas na fase de sistematização das ideias recolhidas ao longo da auscultação nacional. Sublinhou, igualmente, que as contribuições do Anamola surgem entre várias de outras entidades políticas, civis e comunitárias que têm manifestado interesse em participar.

O Presidente da Comissão apelou ao respeito mútuo e à tolerância, lembrando que a diversidade de opiniões é o que enriquece o processo e fortalece o objectivo de construir consensos duradouros para o futuro do país.



RUPTURA EXPLOSIVA NO ANAMOLA:

Braço-Direito de Venâncio Mondlane denuncia “desmandos, infiltrações e violação de estatutos”



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE

Uma crise silenciosa, mas profunda, está a abalar as estruturas internas do partido ANAMOLA. Documentos, relatos de membros e a carta de renúncia de um dos seus mais destacados quadros na diáspora revelam fissuras que vão muito além de divergências administrativas. O Jornal Visão Moçambique teve acesso exclusivo à carta assinada por Celso Carlos, conhecido militante da diáspora na África do Sul e ex-braço-direito de Venâncio Mondlane, que anuncia uma desvinculação total do partido, acompanhada de duras acusações contra a liderança.

Celso Carlos, mais conhecido como “Mulato”, afirma que abandonou o ANAMOLA para proteger o seu bom nome, denunciando um ambiente marcado por “violação dos estatutos, infiltração de elementos estranhos, desorganização crónica e desmandos não sancionados pela direcção”.

A carta, submetida, descreve um cenário que contrasta com o discurso de moralidade e renovação

que marcou o nascimento do partido.

“A preservação do meu bom nome, da minha honorabilidade e da reputação da minha família constitui um valor inegociável. A continuidade das minhas funções poderá comprometer irremediavelmente a minha integridade moral e a percepção pública da minha idoneidade.”

As declarações mostram um dirigente notoriamente desgastado e que acusa o partido de não respeitar os seus próprios princípios fundadores.

Desorganização interna, silêncio da liderança e alegada infiltração. No documento, Celso Carlos vai mais longe, detalhando aquilo que considera serem as causas estruturais da sua ruptura. Desorganização generalizada nas estruturas do partido. Violação reiterada dos estatutos e do Código de Conduta. Silêncio cúmplice da direcção perante comportamentos considerados desviantes.

Infiltração de indivíduos alheios aos princípios originais do movimento. Fontes internas ouvidas pelo Jornal Visão Moçambique, sob anonimato

por receio de represálias, confirmam que “há muito tempo que cresce o descontentamento na diáspora”, sobretudo na África do Sul, onde o partido ganhou expressão graças aos movimentos liderados por Celso Carlos.

Do aliado mais próximo ao rótulo de “infiltrado”

O afastamento de “Mulato” expõe uma contradição interna: um dos homens que acompanhou Venâncio Mondlane desde a génese do ANAMOLA e que mobilizou centenas de membros na diáspora passou, repentinamente, a ser tratado como “infiltrado”.

“Hoje somos chamados de infiltrados... enquanto eu ajudei Venâncio Mondlane até a criação do partido”, desabafa o ex-dirigente.

Segundo apurou este jornal, há outros quadros que pediram a desvinculação nas últimas semanas, alegan-

do motivos semelhantes: arrependimento, desorganização interna e “uso político” sem respeito pelos Estatutos.

Aproximação ao Nova Democracia. Informações recolhidas pelo Jornal Visão Moçambique indicam que Celso Carlos, ex-coordenador do movimento VM7 na África do Sul, está agora alinhado ao partido Nova Democracia, liderado por Salomão Muchanga, activista e antigo presidente do Parlamento Juvenil.

A mudança é vista por analistas como um sinal de realinhamento político dentro da diáspora.

Contactado pelo Jornal Visão Moçambique, o ANAMOLA reage com distanciamento. O assessor nacional de comunicação do ANAMOLA, Abdul Nariz, foi sucinto: “O partido ANAMOLA não tem nenhuma propriedade sobre essa matéria. Qualquer esclarecimento deve ser solicitado directamente ao Celso, que é o visado.”

A resposta, breve e evasiva, deixa em aberto o grau de conhecimento ou envolvimento da direcção do partido nos conflitos internos denunciados.

Missão brasileira da RNP apoia a MoRENet na reactivação da CAFMoz



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE



A

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa do Brasil (RNP) encontra-se em Moçambique para apoiar a Rede de Instituições de Ensino Superior e de Investigação de Moçambique (MoRENet) na reactivação dos serviços da Federação de Identidade Académica de Moçambique (CAFMoz) e Serviço Internacional de Roaming Académico (eduroam), reforçando simultaneamente as capacidades da equipa técnica nacional responsável pela gestão e operação destes serviços académicos avançados.

Trata-se de uma acção realizada com suporte financeiro do Projecto de Melhoramento do Desenvolvimento de Competências em

Moçambique (MozSkills) do Banco Mundial, que também financia actividades estruturantes da MoRENet.

A missão decorreu recentemente, em Maputo, com o objectivo de restabelecer os serviços de CAFMoz, bem como o eduroam e inclui actividades práticas de diagnóstico, reconfiguração, testes operacionais e apoio à integração das instituições previstas na fase inicial da CAFMoz.

A CAFMoz permitirá integrar Moçambique na infraestrutura global de federações académicas, garantindo identidades digitais seguras e interoperáveis para estudantes, docentes, investigadores e técnicos, facilitando o acesso a plataformas e serviços digitais académicos. Já o eduroam assegura acesso seguro à Internet em instituições académicas de todo o mundo, através de roaming internacional.

Esta acção dá continuidade à missão realizada pelos quadros do INAGE ao Brasil, em Setembro de 2025, onde foram fortalecidos os mecanismos de cooperação com a RNP e a Agência Brasileira de Cooperação. A iniciativa enquadra-se no acordo bilateral Mo-

RENet-RNP, em vigor desde 2013.

Segundo Moisés Mucelo, Coordenador da MoRENet, o apoio da RNP irá melhorar a fiabilidade, segurança e continuidade dos serviços, essenciais para a comunidade académica. A MoRENet é reconhecida pela eduGAIN como a entidade responsável pela federação nacional de identidade académica.

Durante a missão, os especialistas da RNP realizam actividades técnicas como mapeamento do estado dos serviços, validação de certificados, reconfiguração do CAFMoz IdP/SP Proxy e reactivação do eduroam, incluindo testes de conectividade. Serão igualmente definidas as próximas etapas até Dezembro de 2026.

Na primeira fase de reactivação da CAFMoz, prevê-se integrar 18 instituições actualmente em processo de implementação da federação académica institucional. Quanto ao eduroam, Moçambique conta com sete instituições anteriormente integradas, sendo objectivo desta

missão ampliar significativamente a cobertura nacional, incluindo a sua adopção por ins-

tuições académicas, científicas e locais públicos estratégicos como aeroportos e praças digitais.

Entre os resultados esperados destacam-se a plena reactivação da CAFMoz, o restabelecimento do eduroam e a capacitação da equipa técnica da MoRENet para assegurar a continuidade da expansão destes serviços no país.

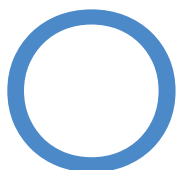
Importa referir que em termos de apoio financeiro do Projecto MozSkills para a MoRENet vai para a expansão da conectividade internacional da MoRENet para a actual largura de banda de 60 Gbps; (a expansão da capacidade do backbone e de ligações de acesso da MoRENet (que inclui ligação por fibra escura para as maiores universidades públicas e ligação de novas 50 IETP e 11 IES).

Aliás, o reforço da capacidade e resiliência da infraestrutura tecnológica de hospedagem e licenças para o RECIMO; a assistência técnica e operacional da MoRENet; e a capacitação dos profissionais técnicos do INAGE, IP/MoRENet e das instituições beneficiárias da MoRENet tem contado com o apoio do Projecto MozSkills.

KOICA e UNFPA Concluem Projecto que Beneficiou Mais de 500.000 Mulheres e Adolescentes em Sofala



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE



UNFPA e a Agência de Cooperação Internacional da Coreia (KOICA), em parceria com o Governo de Moçambique, assinalaram hoje a conclusão de um projecto plurianual que reforçou de forma significativa a saúde sexual, reprodutiva, materna, neonatal e adolescente na província de Sofala. A iniciativa, iniciada em 2021, apoiou mais de 500 mil pessoas, sobretudo mulheres em idade reprodutiva e adolescentes dos distritos da Beira, Dondo, Nhamatanda e Buzi, áreas severamente afectadas pelo ciclone Idai.

Com um financiamento total de 6,65 milhões de dólares disponibilizados pela KOICA e um cofinanciamento adicional de 1,55 milhões de dólares do UNFPA, o projecto procurou restaurar e fortalecer a capacidade do sistema de saúde, assegurando que os serviços essenciais continuassem acessíveis mesmo perante condições adversas. A cerimónia de encerramento reuniu o Governador da Província de Sofala, Lourenço Bulha, a Conselheira da República da Coreia, Jisook Choi, a Directora Nacional da KOICA em Moçambique, Jinjoo Hyun, a Representante do UNFPA, Nelida Rodrigues, e vários representantes do MISAU, MINEC, DPS, DPGCAS, organizações da sociedade civil e grupos comunitários.

Durante o evento, Jisook Choi, em representação do Embaixador da República da Coreia, sublinhou a importância da cooperação bilateral, afirmando que o seu país “se orgulha de ter apoiado esta iniciativa com o UNFPA e o Governo de Moçambique”, destacando que o projecto demonstra “como a colaboração e o compromisso podem impulsionar mudanças sustentáveis para as mulheres e raparigas”. Por sua vez, a representante do UNFPA, Nelida Rodrigues, descreveu os resultados alcançados como um sinal claro do impacto que o investimento directo nas mulheres e adolescentes pode gerar, observando que “ao melhorar o acesso aos serviços de saúde reprodutiva, materna e adolescente, não se salvam apenas

vidas, mas também se fortalecem as bases para as gerações futuras”.

Nos últimos três anos, a iniciativa reforçou diversas unidades sanitárias, equipando-as com meios essenciais para cuidados maternos e neonatais. Um dos avanços mais significativos foi a instalação de uma sala de operações no distrito de Dondo, onde já foram realizadas mais de trezentas cesarianas. Outras unidades receberam equipamentos cirúrgicos actualizados, enquanto ambulâncias reforçaram o encaminhamento de emergências provenientes de zonas remotas. Paralelamente, mais de trezentos e oitenta profissionais de saúde foram capacitados para elevar a qualidade dos serviços prestados, incluindo cuidados de saúde e direitos sexuais e reprodutivos, saúde materna e serviços dirigidos aos jovens. Os comités provinciais e distritais de revisão de mortes maternas foram também reactivados, permitindo análises mais rigorosas e intervenções orientadas por evidências.

A componente comunitária do projecto desempenhou um papel central na expansão do acesso. Brigadas móveis e iniciativas comunitárias levaram

serviços e informações essenciais a milhares de famílias, permitindo que mais de 346 mil mulheres recorressem a cuidados de saúde sexual e reprodutiva. Quase 300 mil pessoas, entre membros da comunidade e estudantes, receberam orientação sobre planeamento familiar, saúde reprodutiva e prevenção da violência baseada no género. O trabalho com jovens incluiu redes de mentoria e diálogos comunitários que alcançaram mais de 65 mil adolescentes, ampliando o conhecimento da população jovem sobre direitos sexuais e reprodutivos e sobre os mecanismos de

prevenção e resposta à violência.

No seu conjunto, a iniciativa contribuiu para a resiliência do sistema de saúde da província, apoiando a recuperação pós-Idai e reforçando a capacidade de resposta a crises futuras. Ao encerrar o projecto, as instituições envolvidas destacaram que os resultados alcançados integram um processo contínuo de fortalecimento do sector da saúde, alinhado com os esforços nacionais para garantir serviços acessíveis, equitativos e de qualidade para todos os cidadãos, independentemente das circunstâncias.

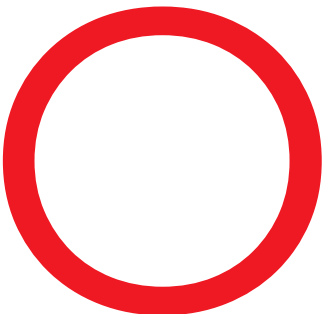


APÓS ACIDENTE QUE MATOU SETE PESSOAS NA MANHIÇA:

Governo suspende actividades da transportadora City Link



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE



Ministro dos Transportes e Logística, João Matlombe, ordenou a suspensão imediata de todas as actividades de transporte de passageiros da empresa Transportes IDEAL, Lda, operadora da conhecida marca City Link, na sequência do grave acidente de

viação ocorrido no passado dia 07 de Dezembro, no distrito da Manhica, provincia de Maputo.

A decisão surge após o sinistro que provocou sete mortos, dois feridos graves e deixou um rasto de avultados danos materiais, levantando preocupações sobre as condições de segurança e o cumprimento das normas de transporte interprovincial por parte da operadora.

Segundo informações do Ministério dos Transportes e Logística, a medida é de natureza preventiva e vigorará enquanto decorrem os trabalhos de peritagem técnica, que irão determinar responsabilidades e sustentar a decisão

final sobre a continuidade ou não das actividades da transportadora.

Em paralelo, o Ministro João Matlombe criou uma Comissão de Inquérito, com um prazo de 15 dias para identificar as causas exactas do acidente, apurar eventuais falhas humanas, mecânicas ou operacionais, e apresentar recomendações formais sobre as medidas subsequentes a aplicar.

A Comissão será constituída por especialistas das áreas de engenharia mecânica, segurança rodoviária, fiscalização de transporte público e juristas, de modo a garantir um processo rigoroso, imparcial e tecnicamente fundamentado.

O Ministério reafirma que a segurança dos passageiros e a credibilidade do sistema nacional de transporte rodoviário continuam a ser prioridades inegociáveis do Governo. As autoridades asseguram que todas as conclusões e medidas serão tornadas públicas, num compromisso de transparência, responsabilização e prevenção de futuros acidentes.

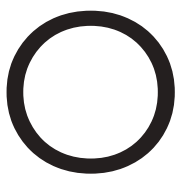
O Jornal Visão Moçambique acompanhará de perto o desenrolar desta investigação e a implementação das recomendações que venham a ser emitidas pela Comissão de Inquérito.

MOÇAMBIQUE VIVE UMA DEMOCRACIA DE FAZ DE CONTA

“Muchanga denuncia Genocídio Mercantil e Estado Capturado”



POR: ÂNGELO MANHENGUE



presidente do partido Nova Democracia (ND) e antigo

líder do Parlamento Juvenil de Moçambique, Salomão Muchanga, a lança duras críticas ao funcionamento do Estado moçambicano, à gestão dos recursos naturais e ao conflito armado em Cabo Delgado. Em declarações obtidas pelo Jornal Visão Moçambique, o político classifica a situação do teatro operacional no norte do país como um “genocídio mercantil”, supostamente orquestrado por interesses económicos de grandes capitais estrangeiros e facilitado por sectores nacionais.

Terrorismo, exploração e fuga forçada dos nativos Muchanga afirma que o terrorismo em Cabo Delgado não pode ser analisado apenas como fenómeno militar ou religioso, mas como um mecanismo deliberado destinado a “forçar a fuga dos nativos e facilitar a usurpação territorial”.

Segundo o líder da ND, o conflito tem sido alimentado por agendas de controlo de áreas ricas em gás natural, rubis e outros minerais valiosos.

“O terrorismo mercantil em Cabo Delgado é um genocídio estratégico para abrir espaço à exploração abusiva dos nossos recursos. A população é empurrada para fora das suas terras para permitir a apropriação capitalista”, denuncia.

O dirigente considera ainda que a gestão da guerra tem submetido os jovens das Forças de Defesa e Segurança (FDS) a um “massacre cruel”, o qual, segundo ele, é usado para reprimir qualquer forma de resistência social e política na região.

O Líder do partido mova Democracia defende investimentos urgentes e estruturais no sector da segurança, com formação específica para o teatro operacional norte, tecnologias de vigilância territorial e fortalecimento das FDS.

“As FDS precisam de meios,



não apenas armas. Precisam de ciência, inteligência e treino de qualidade. Cabo Delgado exige uma abordagem técnica e não improvisada”, sublinha.

Corrupção: ‘Momento de investigar os

que roubam aos ladrões’

Ao abordar a corrupção, o político afirma que o país vive capturado por uma elite que transformou o aparelho do Estado numa máquina de saque institucionalizado.

“Agora é momento de investigar a cúpula de ladrões que roubam aos ladrões. Dão carteira profissio-

nal e armas às forças de segurança para produzirem o seu próprio salário”, acusa Muchanga, alegando a existência de grupos infiltrados no Estado que usam instituições públicas para actividades ilícitas.

O líder da ND defende a criação de um órgão autónomo de investigação e fiscalização, independente do Executivo, com poderes para dismantelar redes de corrupção e responsabilizar os agentes públicos.



Economia capturada: recursos públicos nas mãos de uma elite

Segundo Muchanga, a economia nacional está dominada por um pequeno grupo de “arrivistas” que controla sectores estratégicos do Estado e dos recursos naturais. Denuncia que vastas riquezas encontram-se concentradas em poucas mãos; património público é convertido em propriedade privada; licenças de exploração de recursos naturais são atribuídas quase exclusivamente a figuras ligadas ao poder político; fundos do Tesouro são desviados para contas internacionais pertencentes a uma minoria de “burgueses subalternos”.

“O subsolo é rico, mas o povo é miserável. O país tem água, mas o povo é desidratado. O Estado tem riqueza, mas esta é monopolizada por uma gangue política”, lamenta.

Reformas propostas repatriamento de capitais e redistribuição da riqueza Salomão Muchanga defende a implementação de uma Lei de Repatriamento de Capitais, maior fiscalização sobre a origem e destino da riqueza nacional e a conversão efectiva das receitas dos recursos naturais em infra-estruturas, serviços públicos

e projectos de desenvolvimento.

Entre as propostas destacam-se: revisão da legislação de distribuição e gestão da riqueza nacional; mecanismos de fiscalização rigorosa sobre as elites económicas; transformação dos lucros provenientes dos recursos naturais em investimentos sociais.

Sistema eleitoral: ‘Um país governado por quem perde votos, mas vence eleições’ O líder da ND volta a questionar a credibilidade do sistema eleitoral moçambicano, classificando-o de parcial e capturado. “Somos governados por um partido que perde votos, mas sempre ganha eleições. A fraude eleitoral tornou-se uma prática institucionalizada. Até juízas são corrompidas para violar a vontade do povo”, denuncia.

Muchanga exige autonomia e soberania total dos tribunais durante o processo eleitoral; ruptura partidária dos órgãos de gestão eleitoral; responsabilização criminal dos autores de fraude eleitoral; redução drástica dos benefícios da elite política, canalizando estes recursos para programas de emprego, juventude e mulheres.

Para o presidente da ND, Moçambique precisa urgentemente de uma nova liderança, capaz de devolver o erário público ao povo e reconstruir a confiança nas instituições do Estado.

“Basta. Moçambique não pode continuar dominado por um sistema onde os recursos pertencem à nação, mas as licenças pertencem aos filhos dos governantes. É tempo de uma nova liderança para o povo e com o povo”, conclui.

‘Democracia de Faz de Conta’: um regime que muda de cor, mas não de prática Muchanga afirma que Moçambique vive sob um regime que, embora formalmente democrático, funciona como “uma metamorfose de poderes opressores”.

“Os sanguessugas do povo apenas mudaram de cor. Antes

eram brancos imperialistas; hoje são pretos parasitas de dentro”, afirma, classificando o sistema político moçambicano como uma democracia viciada, manipulada e controlada por uma minoria privilegiada.



OPERAÇÕES DE FACHADA

PGR expõe impunidade dos Líderes do Narcotráfico em Moçambique



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE



O Procurador-Geral da República, Américo Letela, defendeu esta segunda-feira, em Maputo, que Moçambique não pode limitar-se a apreender drogas, encerrar pequenas “fabriquetas” ou deter vendedores de rua, sem responsabilizar os verdadeiros líderes das redes transnacionais que alimentam o narcotráfico no país.

Segundo Letela, as grandes estruturas do crime organizado continuam a operar, enquanto as instituições de investigação criminal se concentram, muitas

vezes, apenas nos executores de baixo escalão. “Não basta fechar fabriquetas ou prender correios. É preciso identificar, perseguir e responsabilizar os chefes e os grandes beneficiários deste negócio que destrói vidas e ameaça a estabilidade nacional”, afirmou.

950 kg de droga apreendidos em seis meses dados oficiais revelam que, só no primeiro semestre de 2025, Moçambique apreendeu cerca de 950 quilogramas de drogas e deteve 294 indivíduos ligados ao tráfico. Entre os detidos, há registos de envolvimento de funcionários públicos, sobretudo nos pontos de entrada de estupefacientes.

Letela sublinhou que o nar-

cotráfico mantém fortes ligações com outros crimes graves, como corrupção, branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, exigindo por isso uma resposta mais robusta, articulada e baseada em inteligência criminal.

SERNIC deve reforçar investigação proativa

O PGR apelou ao Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) para aprofundar as técnicas investigativas, atuar de forma proativa e mapear toda a cadeia criminosa, desde os financiadores até aos operadores logísticos e distribuidores. “A criminalidade organizada não se combate apenas com operações de rotina. Combate-se

com investigação profunda, infiltração, cooperação internacional e responsabilização exemplar”, reforçou.

Governo promete mão dura contra funcionários corruptos presente no encontro, o ministro do Interior, Inocêncio Impissa, garantiu que o Executivo vai agir com firmeza sempre que houver indícios de conivência de agentes do Estado com redes de droga.

“Quem usa o cargo público para facilitar o tráfico será exemplarmente punido. O Governo não vai tolerar comportamentos que ponham em risco a segurança do país”, assegurou.

Chapo quer desmantelado grupo militar envolvido em esquema de subsídio



POR: ÂNGELO MANHENGUE



Presidente da República e Comandante-Chefe

das Forças de Defesa e Segurança, Daniel Chapo, afirmou que pretende ver desmantelado um grupo de militares alegadamente envolvido num esquema ilícito de recebimento de subsídios de desempenho operacional, destinados exclusivamente às tropas destacadas no teatro operacional norte, em Cabo Delgado.

Segundo o Chefe do Estado, há militares que, embora não estejam envolvidos directamente nas operações de combate ao terrorismo, circulam livremente pela cidade, beneficiando-se indevidamente de pagamentos que deveriam ser reservados às forças efectivamente engajadas nas frentes de combate.

4Daniel Chapo considerou este comportamento uma grave violação ética e disciplinar, num momento em que o país continua empenhado numa luta intensa contra grupos terroristas que, há vários anos, desestabilizam distritos do norte de Moçambique.

O estadista moçambicano fez estas declarações durante a sua intervenção no Conselho Coordenador do Ministério da Defesa Nacional, evento que decorreu na província de Maputo. Chapo sublinhou que o governo não vai tolerar actos que comprometam a moral das forças destacadas no terreno nem práticas que desviem recursos destinados ao esforço nacional de defesa.

O Presidente reiterou a necessidade de reforçar os mecanismos internos de controlo e responsabilização, garantindo que todos os subsídios e incentivos militares cheguem apenas a quem, de facto, arrisca a vida diariamente no combate ao terrorismo.



Empresa Paquistanesa Ali Nawaz escapa da "Boca" dos Nhonguistas



POR: DÁVIO DAVID



A Procuradoria Provincial de Sofala, mandou recentemente, anular de imediato a suspensão do embarque dos cinco contentores de madeira preciosa pertencente a empresa Ali Nawaz Comercial, EI, retida sem fundamento legal no porto da Beira. Fontes próximas do processo indicam que como de sempre, por detrás da engenharia macabra esteve o mesmo cartel de sempre no contrabando de madeira, em Sofala e em conluio com alguns agentes do sector madeireiro, do judiciário e do Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), lesando o empresário em mais de um milhão de meticais.

O empresário paquistanês Ali Nawaz, proprietário da empresa com o mesmo, poderá abandonar como outros empresários estrangeiros, suas operações empresárias no país, pelo facto de ter sido vítima de uma mega operação de extorsão, chantagem e manipulação no processo de exportação de cinco contentores de madeira preciosa para o Paquistão.

O barulho se arrasta desde último mês de Novembro quando escrevemos numa das nossas edições que havia fortes suspeitas de que a empresa Safi Timber, tida no sector como líder do contrabando de madeira no país, estar por detrás da campanha de difamação da reputação na imprensa de umas das suas concorrentes, no caso, a empresa Ali Nawaz Comercial.

Na altura, circularam notícias nalguma imprensa segundo a qual, a empresa Ali Nawaz Comercial foi alvo de uma operação de apreensão de cinco contentores de madeira preciosa, com destino ao Paquistão.

FAKE NEWS MAFIOSA

Destacados funcionários da Agência de Controlo da Qualidade Ambiental (AQUA), de Sofala, supostamente "comprados" alegavam que abortaram "uma tentativa de exportação de cinco contentores de espécie preciosa de madeira (Umbaua- Khaya Anthotheca) que supostamente devia rumar a Paquistão, a bordo do navio MSC ISHAYKA".

De acordo com a "fake news" replicada em alguns órgãos de comunicação social de referência nacional, "a empresa Ali Nawaz Comercial, pretendia exportar a madeira, sem documentação e pagamento de impostos estipulado pela Lei Florestal e Código Penal, vigente no país".

Entretanto, documentos na posse do Visão Moçambique atestam que para além de Ali Nawaz Comercial possuir todos os documentos legais, há recibos das Alfândegas, que comprovam que a empresa Nawaz Comercial, desembolsou cerca de 49 mil dólares em impostos pela exportação dos cinco contentores de madeira.

EXTORQUIDO ATÉ ÀS "CUECAS"

Paradoxalmente, alguns "NHONGUISTAS" da AQUA de Sofala em conluio com uma destacada procuradora provincial de Sofala e do SERNIC mandaram suspender o processo de embarque dos referidos contentores, sem notificar por nenhum documento escrito ao proprietário da carga, que durante últimos dias, esteve a "ser extorquido", a torta e a direita até ao último centavo, em Sofala para obter informações sobre o processo da suspensão na exportação da carga, nos corredores do judiciário.

Aliás, o barulho acabou chegando a Maputo, na pessoa do ministro da Agricultura, Roberto Albino que segundo nossas fontes destacou para o terreno, uma forte equipa de inspetores para se apurar dos factos.

Por seu turno, a Secção Aduaneira da Procuradoria Provincial de Sofala acabou apreciando o referido processo que ostenta o número 61/07/SA/25. Em suma, havia um despacho daquela Secção datado de 05 de Novembro que ordenava a suspensão do embarque dos contentores INKU6705432, BMOU4228161, MSCU4998742, CRXO9930958 e TCNU8991323, pertencentes à empresa Ali Nawaz Comercial, por alegada ir-

regularidade, o que se provou ser uma "montagem maquiavélica".

É que segundo o último despacho exarado pelo Procurador Márcio da Silva Martinho de 26 de Novembro, foram remetidos "a este serviço, documentos completos e actualizados relativos à exploração, transporte, empacotamento e exportação da madeira (...). A documentação apresentada cumpre os requisitos legais exigidos, pelo que não se verifica qualquer infracção aduaneira prevista na legislação tributária ou aduaneira vigente".

Outrossim, refere o mesmo documento que temos vindo a citar, sobre nossa posse que "determina-se o levantamento imediato da suspensão do embarque, devendo os contentores prosseguir os respectivos destinos no termo da documentação apresentada (...) Notifique-se a Cornelder de Moçambique, igualmente os Serviços Provinciais do Ambiente de Sofala e Delegação da Agência Nacional para o Controlo da Qualidade Ambiental para efeito de cumprimento e prosseguimento da operação", lê-se no despacho da PGR.

O mais caricato é que mesmo depois do despacho de levantamento da suspensão do embarque, o mesmo empresário foi obrigado a desembolsar outros um milhão e 147 mil meticais ao Estado para o embarque da mesma carga que já havia pago. Assim vai o "nosso" país, rotulado no ranking internacional como um dos mais corruptos do mundo.

A EDM está agora no WhatsApp!



ELECTRICIDADE
DE MOÇAMBIQUE, E.P.

- Cortes Programados
- Dicas de Poupança de Energia
- Alertas EDM
- Comunicados
- Informações Importantes
- Campanhas e Concursos

Código QR
para o Canal



Iluminando a Transformação de Moçambique



A EDM NA PALMA DA SUA MÃO!



ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Baixe o novo aplicativo da EDM

Link: app.edm.co.mz



Com o aplicativo da EDM, pode:

- ✓ Comprar energia
- ✓ Consultar o histórico de compras
- ✓ Aceder à Central de Atendimento
- ✓ Receber Alertas e Notificações

Para mais informações



Iluminando a Transformação de Moçambique



Fixado novo preço de exportação da castanha de Caju em Moçambique



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE

Moçambique aprovou oficialmente os novos preços de referência para a exportação da castanha de caju na campanha 2025/2026. A decisão foi anunciada esta terça-feira, 09 de Dezembro de 2025, durante a IIª Sessão do Comité de Amêndoas, realizada em Maputo, sob direcção do Director-Geral do Instituto de Amêndoas de Moçambique (IAM, IP), Ilídio Bande.

De acordo com a resolução do Comité, o preço de referência para a castanha de 46 libras foi fixado em 1.250 dólares por tonelada, enquanto a castanha de 53 libras passa a valer 1.440 dólares por tonelada. A actualização acompanha a evolução das cotações internacionais do produto e visa garantir maior equilíbrio entre produ-



tadores, processadores e outros intervenientes da cadeia de valor.

Os participantes analisaram o estado actual do aprovisionamento de matéria-prima à indústria, a dinâmica do fornecimento de castanha bruta pelos exportadores e o ritmo de comercialização na campanha em curso.

Exportação abre oficialmente a 19 de Dezembro e Comité determinou ainda que a exportação da castanha de caju na presente campanha será oficialmente aberta a partir de 19 de Dezembro de 2025, uma medida que visa garantir o pleno abastecimento da indústria nacional antes da saída do produto para os mercados externos.

Para 2025/2026, estima-se que Moçambique possa exportar até 60.000 toneladas de castanha bruta, das quais 45.000 toneladas já estão aprovisionadas, num indicador que traduz maior organização e previsibilidade no sector.

Governo reafirma compromisso com sustentabilidade e remuneração justa Sob o lema “Por uma remuneração equilibrada de todos os actores da cadeia de valor de amêndoas, para o aumento da quantidade e qualidade da produção”, a sessão reforçou o compromisso do Governo e dos operadores do sector na valorização da castanha de caju — um dos mais importantes produtos de exportação agrícola do país.

O IAM defende que a definição atempada dos preços e das regras de exportação contribui para uma cadeia mais sustentável, transparente e orientada para a melhoria contínua da qualidade da castanha moçambicana no mercado internacional.



tadores, exportadores e indústria.

Comparativamente à campanha anterior (2024/2025), os preços agora definidos representam um aumento considerável, tendo em conta que no último período a castanha foi comercializada entre 1.052 e 1.268 dólares/tonelada, para

as mesmas categorias. O IAM considera que o novo patamar reforça a competitividade do país no mercado global e incentiva a melhoria da qualidade da produção nacional.

Participação ampla e foco no equilíbrio da cadeia a reunião decorreu em formato híbrido e contou com a participação de cerca de 40 representantes, entre membros do

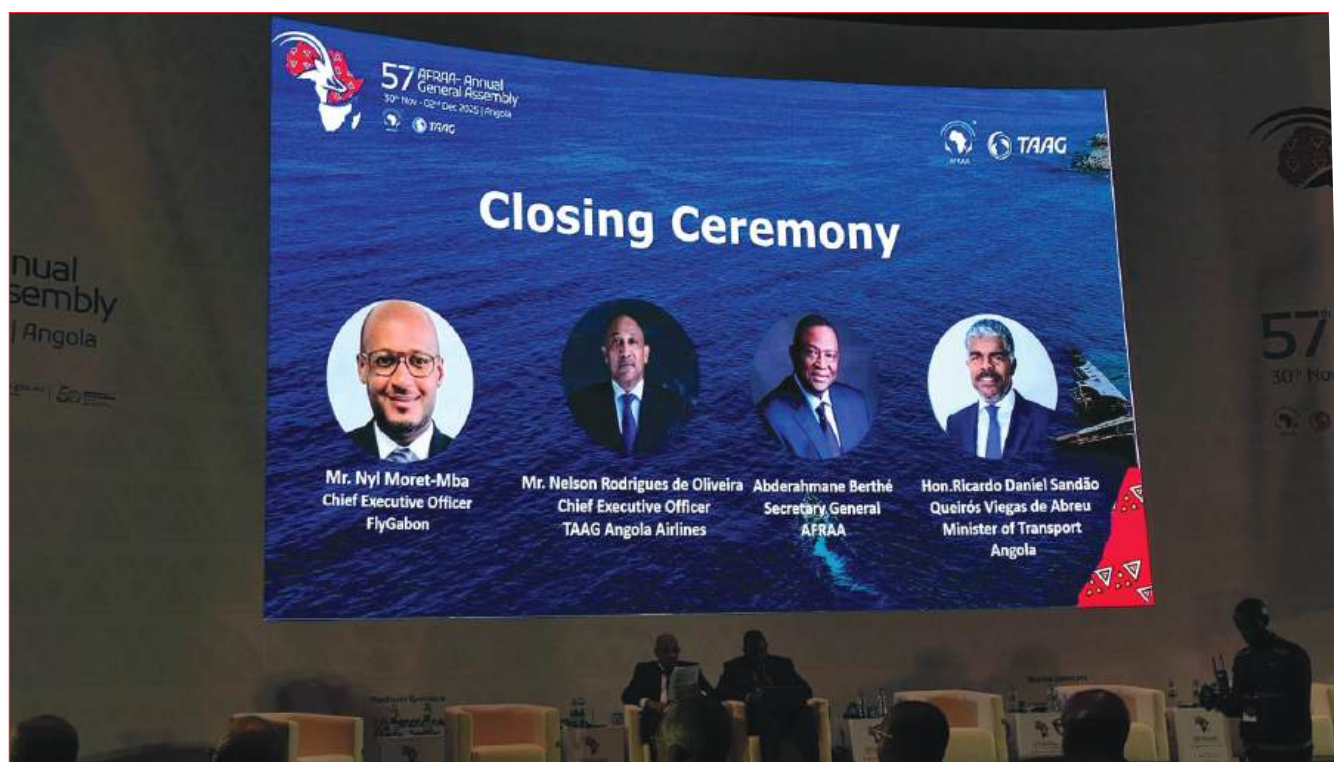
Conselho de Direcção, técnicos e delegados provinciais do IAM, além de actores chave do sector, como:

Associação dos Industriais do Caju (AICAJU) e Associação Comercial e Industrial de Nampula (ACIANA) Sindicato Nacional dos Trabalhadores Agropecuários, Indústria do Caju e Florestas (SINTAICAF) NITIDAE/ACAMOMZ Exportadores, processadores e outros intervenientes da cadeia de valor.

João Po Jorge defende que a aviação africana enfrenta “uma oportunidade histórica de se reinventar”



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE



A 57.ª Assembleia-Geral da AFRAA, realizada em Luanda, voltou a colocar o estado da aviação africana no centro do debate económico do continente. Depois de moderar o CEO's Roundtable, João Po Jorge, especialista em aviação e antigo CEO de transportadoras aéreas africanas, analisou em entrevista à Visão Económica o momento que o sector atravessa e os desafios que condicionam a sua competitividade.

A partir da experiência observada nas três companhias aéreas que integraram o painel, o especialista assinala que o continente vive um ambiente raro de alinhamento estratégico. Embora reconheça que cada operador enfrenta realidades distintas, identifica um denominador comum: a ambição de modernizar operações e crescer. “Apesar das diferenças, todas demonstram ambição de crescimento, abertura à cooperação e até à consolidação”, afirma. E acrescenta que utilizou estes pontos para aprofundar os factores que distinguem as transportadoras africanas entre si.

Para João Po Jorge, o sector encontra-se perante um ponto de viragem que não deve ser desperdiçado. “A aviação africana está perante uma oportunidade histórica de se reafirmar. A reinvenção é o caminho, sobretudo agora que tecnologias baseadas em inteligência artificial estão acessíveis, sustentáveis e capazes de oferecer a aceleração necessária ao sector.” Segundo afirma, os governos africanos começam finalmente a ajustar políticas de transporte aéreo às novas condições do mercado e às exigências de competitividade global.

Questionado sobre o que significa essa “reinvenção radical”, é directo: todos os pilares estratégicos precisam de ser revistos. “Modelos de negócio, governação, frota, financiamento e cultura corporativa. Tudo deve mudar.” Mas, insiste, o elemento cultural é o mais urgente. “Tem de começar ao nível corporativo e estender-se a toda a indústria e seus parceiros. A colaboração intensa e, em alguns casos, a consolidação — até além-fronteiras — será inevitável.”

Os problemas financeiros crónicos de várias companhias africanas também estiveram no centro da análise. O especialista descreve um conjunto de fragilidades que se acumulam e que, em muitos casos, impedem as empresas de atingir resultados positivos. “A gestão precisa de seguir uma estratégia clara, ética e ajustada ao mercado. O apoio governamental é importante, mas sem interferências. Já o mercado, em alguns casos, é pequeno demais para sustentar determinadas rotas; por isso, contratos-programa podem ser essenciais para garantir o break-even.” As transportadoras continuam pressionadas por custos estruturais elevados, desde o preço do combustível até às taxas aeroportuárias e despesas de manutenção. “O volume operacional reduzido pesa ainda mais sobre esses custos, o que torna parcerias e consolidações fundamentais.”

João Po Jorge defende que a abertura ao investimento privado será inevitável para que o sector ganhe escala. “A aviação exige capital intensivo, e a entrada de investidores privados pode trazer disciplina e dinamismo. Em alguns casos, o controlo estatal total atrasa decisões essenciais.” Ainda assim, o especialista lembra que há excepções que provam que a proprieda-

de estatal não impede o sucesso. “A Ethiopian Airlines é estatal e extremamente bem-sucedida”, nota.

Sobre o Mercado Único Africano de Transporte Aéreo (SAATM), vê potencial mas aponta lentidão na sua implementação. “O SAATM permite operações com quinta liberdade, possibilitando rotas triangulares mais rentáveis. Os benefícios são claros, mas o processo é lento por envolver múltiplas entidades e análises profundas.” Segundo explica, o maior obstáculo é a fragilidade económica dos próprios mercados. “Os mercados regionais são pequenos, o poder de compra é baixo e a cultura turística ainda é limitada. Por isso, muitas vezes temos de ir à Europa ou ao Médio Oriente para depois regressar à África. Melhorar a renda e fortalecer as economias africanas é essencial para aumentar tráfego intra-continental.”

A segurança aérea, frequentemente apontada como ponto frágil, também entra no balanço. Embora reconheça progressos, o especialista insiste que há reformas ainda por concretizar. “É uma área em melhoria contínua, mas ainda exige reformas estruturais e maior profissionalização.” Ao mesmo tempo, vê na digitalização um acelerador incontornável. “A digitalização segura é primordial para o futuro das companhias africanas. A IA já permite decisões rápidas e precisas, trazendo benefícios imediatos. Os operadores africanos estão a adotar estas ferramentas sem demora.”

Outro dos temas que marcou a sessão do CEO's Roundtable foi a relação entre construtores aeronáuticos e operadores africanos. O especialista considera que Airbus e Boeing adaptam a sua abordagem consoante o histórico, o desempenho e a disciplina de cada companhia. Reconhece que o mercado

está tensionado pela escassez global de aeronaves, mas sublinha que ambos os fabricantes já estruturam operações dedicadas ao continente, sinalizando confiança no seu potencial económico.

O défice de quadros técnicos continua a ser um dos maiores entraves ao crescimento. “Precisamos investir massivamente em centros de formação profissional. Estou a trabalhar num projecto para criar uma Academia de Aviação que sirva África e o mundo.” A Etiópia permanece como a única excepção, sendo o único país com capacidade própria para formar pilotos, engenheiros e técnicos em grande escala.

Luanda surge como um dos candidatos naturais a hub estratégico para o tráfego regional e intercontinental. “O novo Aeroporto Dr. António Agostinho Neto tem localização privilegiada e condições para se tornar um hub da África Austral e do continente. O Governo angolano está a criar as bases, mas todos devem colaborar.” Durante o encontro, um dos pontos mais sensíveis destacados pelos CEOs presentes foi a “falta de colaboração entre africanos e as elevadas taxas cobradas nos países”. Ainda assim, segundo o especialista, há um lado positivo: “Estamos finalmente a conversar, a elaborar planos e a firmar acordos para que a cooperação aconteça.”

Apesar dos actuais constrangimentos, João Po Jorge acredita que o continente poderá assumir, no longo prazo, papel central no tráfego global. “África tem espaço, população e apoio político. Um passageiro da América Latina para a Ásia poderá parar em Luanda sem grande desvio e desfrutar do continente. É uma oportunidade única.” Refere também que algumas companhias africanas começam a demonstrar maior profissionalismo em momentos de crise, sublinhando que a Ethiopian “foi uma das duas melhores companhias do mundo na gestão da crise da COVID-19”.

Quando questionado sobre o peso simbólico e económico das companhias aéreas nacionais, é pragmático. “Sim, uma companhia aérea nacional continua a ser instrumento de soberania. Mas caminhamos para uma integração africana que permitirá consolidação e acordos sem ferir essa soberania.”

No encerramento, resume o futuro da aviação africana em três palavras: “Formação, Colaboração, Honestidade.” E deixa um recado final aos governos africanos: “Não haja ingerência directa. Criem políticas que estimulem práticas sustentáveis e reconheçam a aviação como motor económico, fonte de conhecimento e apoio em calamidades. A aviação só prospera com o apoio dos governos.”

FDEM lança Business Conecta Moçambique-Brasil e reforça alinhamento económico entre os dois países



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE



A Federação de Desenvolvimento Empresarial de Moçambique (FDEM) lançou, esta quinta-feira, em Maputo, a primeira edição do Business Conecta Moçambique-Brasil, um encontro destinado a dinamizar as relações económicas e a abrir novas oportunidades de investimento entre os dois países. A iniciativa marca o início de um ciclo de conexões internacionais promovidas

pela FDEM, que prevê a realização do mesmo formato com outras nações.

Segundo o presidente da FDEM, Lineu Candiero, o momento representa a retoma da aproximação económica entre Moçambique e Brasil, após um período de retração. Candiero destaca que a recente visita do Presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, ao país – a convite do Presidente Daniel Champo – reabriu portas diplomáticas



cas e empresariais significativas.

“A visita do Presidente Lula da Silva abriu caminhos importantes entre os dois países. O Brasil, que já teve investimentos de vários biliões de dólares em Moçambique, está de volta. Moçambique também está de volta para o Brasil. Esta iniciativa mostra que existe, de facto, uma cooperação bilateral sólida e que os moçambicanos querem fazer parte dos negócios”, afirmou.

Candiero realça ainda o interesse do setor privado moçambicano em aprender e absorver tecnologias brasileiras, sobretudo na área do agronegócio, em que o Brasil é uma potência mundial.



“Moçambique tem vastas terras aráveis que não estão a ser utilizadas. Queremos compreender como funciona a mecanização agrícola e trazer essas soluções para o país, de forma a transformar Moçambique num exemplo na África Austral”, disse.

Perspetivas de cooperação para os próximos anos

Questionado sobre os próximos passos desta cooperação, o presidente da FDEM sublinhou que já existem avanços concretos e cres-



cente interesse empresarial.

“A cooperação traz resultados diretos. Após a visita do Presidente Lula, já temos várias ligações com empresários brasileiros interessados em investir em Moçambique. Existem memorandos de entendimento com confederações económicas brasileiras que querem integrar este leque de oportunidades com África”, referiu.

Candiero reforçou ainda o potencial económico de Moçambique, destacando os seus recursos naturais estratégicos.

“Moçambique é uma potência em ascensão. Tem gás, minerais valiosos e um enorme potencial agrícola. Acreditamos que, com o setor privado alinhado ao Governo, o país trilhará caminhos de crescimento. As condições estão criadas para que

Moçambique se torne um dos destinos mais atrativos da África Austral – e, porque não, do mundo”, afirmou.

No mesmo evento, a FDEM procedeu ao lançamento do *Clube de Empresários da FDEM*, uma plataforma destinada a fortalecer o networking, promover parcerias e consolidar oportunidades de negócio no país. A nova estrutura pretende dinamizar o ecossistema empresarial e aproximar investidores nacionais e internacionais.

O Business Conecta Moçambique-Brasil reafirma o papel da FDEM como agente ativo na promoção da cooperação económica internacional e na construção de pontes estra-



tégicas para o desenvolvimento sustentável de Moçambique.